

# REMOÇÕES NO MORRO DA PROVIDÊNCIA: O MODELO HEGEMONICO DE MODERNIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO

## REMOVALS OF THE “MORRO DA PROVIDÊNCIA: THE HEGEMONIC MODEL OF MODERNIZATION AND PRODUCTION OF A NEW SPACE

Nathália Mota RODRIGUES<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo procura problematizar os impactos do Projeto Porto Maravilha aos moradores do Morro da Providência no Rio de Janeiro por ser entendido como mais uma obra de modernização conservadora, legitimada por um discurso de degradação e abandono da região portuária da cidade. Pretende articular a história urbana do Rio de Janeiro, que é repleta de remoções habitacionais, com a ausência do “direito à cidade” que fere o processo de construção de cidadania dessa população marginalizada e que, geralmente, é obrigada a se retirar do espaço vivido, devido a políticas públicas que atendem ao grande capital. Essa perspectiva será apresentada a partir das tentativas de remoção dos moradores da Providência.

**Palavras-chaves:** Modernização conservadora; Remoções urbanas; movimentos sociais.

### Abstract

The paper aims to discuss the impact of the Port Wonder Project on residents of “Morro da Providencia” in Rio de Janeiro to be understood as one more conservative modernization work, legitimized by degradation and abandonment

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em História Social  
mr.nathalia@gmail.com

of the port city discourse. Articulates the urban history of Rio de Janeiro, which is lined with residential removals, with the absence of the "right to the city" that hurts the process of building citizenship of this marginalized population and that is usually forced to withdraw from the lived space due to public policies that attend to big business. This perspective will be presented from the attempted removal of the residents of Providence.

**Keywords:** Modernization conservative; Removals urban; social movements.

## Introdução

O Projeto Porto Maravilha trata-se de uma nova dinâmica econômica, impulsionada pela política empreendida pelo Brasil no cenário internacional que possibilitou a atração de megaeventos esportivos que terão a cidade do Rio de Janeiro como sede nos próximos anos.

O projeto foi iniciado desde 2009, visando promover uma reurbanização na região portuária do Rio de Janeiro com a implantação de empreendimentos imobiliários comerciais e residenciais, buscando polarizar o local, atraindo moradores e empresas. Para controlar o Porto Maravilha foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), empresa de economia mista, controlada pela Prefeitura.

Os investimentos para as obras são oriundos dos denominados CEPACs – Certificados de Potencial Adicional Construtivo – definidos pela Lei nº 101/2009, que são espécies de títulos pagos por investidores que lhe concedem o direito para construir acima de um limite já estipulado de um determinado local. Segundo a Prefeitura, a preocupação inicial seria a demora em obter esses recursos, através da compra gradativa dos investidores. Desta forma, a Caixa Econômica Federal, utilizando recursos do FGTS, portanto, recursos públicos, ainda que o projeto defenda que o município não os utilize, efetuou a compra de todos os CEPACs, a fim de garantir todo o investimento necessário para iniciar as obras.

Com a valorização do local, espera-se atrair grandes empresários para a compra desses CEPACs e, com isso, promover a polarização econômica do espaço, elevando o valor do metro quadrado da região e integrando-o ao grande centro, já inchado com uma enorme concentração populacional, devido à dinâmica econômica já absorvida.

A partir destas transformações urbanas, surge o programa “Morar Carioca” que integraliza o Porto Maravilha, destinado à região do Morro da Providência. O programa prevê a retirada de 832 casas, segundo o Fórum Comunitário do Porto<sup>2</sup>, a fim de abrir espaço para a construção do teleférico – já construído, porém ainda sem funcionamento – e de um novo ponto turístico no local com a exposição do Oratório, no elevador do morro. Diante dessas intervenções do Estado, iniciam-se as divergências quanto às remoções habitacionais.

O presente trabalho tem como objetivo principal problematizar os impactos do Projeto Porto Maravilha junto aos moradores do Morro da Providência no Rio de Janeiro. O “Porto Maravilha” é entendido como mais um projeto de modernização conservadora, legitimada por um discurso de degradação e abandono da região portuária da cidade. Pretende articular a história urbana do Rio de Janeiro, que é repleta de remoções habitacionais, com a ausência do “direito à cidade” que fere o processo de construção de cidadania dessa população marginalizada e que, geralmente, é obrigada a se retirar do espaço vivido, devido a políticas públicas que atendem ao grande capital.

Para tanto, serão apresentadas as características do Projeto Porto Maravilha e seus antecedentes históricos na Cidade do Rio de Janeiro, seus objetivos e interesses, bem como o impacto junto à comunidade residente nos bairros atingidos.

### **Modernização Conservadora**

A região central do Rio de Janeiro tem uma importância histórica crucial para entendermos a ascensão de uma ordem capitalista frente a escravista,

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://forumcomunitariodoportowordpress.com> Acessado em 10/10/2013  
Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014

demarcando assim, as contradições sociais estabelecidas neste espaço urbano, até meados do século XIX.

A cidade do Rio de Janeiro teve seu crescimento urbano limitado por fatores geográficos, desenvolvendo-se, basicamente, em torno da Praça XV.

A chegada da família real impôs ao Rio de Janeiro uma busca por lugares alternativos e uma classe social até então, inexistente, promovendo a necessidade de atender às novas demandas culturais, econômicas e políticas. Com a independência e as “liberdades comerciais” estabelecidas, bem como o advento da economia cafeeira, vemos uma nova fase de expansão econômica que passou a atrair trabalhadores livres que até então inexistiam em uma sociedade, predominantemente, escrava. O Porto do Rio de Janeiro era o local de reprodução da riqueza do Estado, uma vez que se escoava o café, produto principal na pauta de exportações em meados do século XIX. Essas diversas transformações iniciam o surgimento de uma nova cartografia urbana, conforme esclarecido por Maurício de Abreu:

O final do século XIX não se caracterizou apenas pela multiplicação de fábricas no Rio de Janeiro. Outra face da mesma moeda coincidiu também com o esgotamento do sistema escravista, com o conseqüente declínio da atividade cafeeira na Província do Rio de Janeiro e com o grande afluxo de imigrantes estrangeiros. Resultou daí um crescimento populacional acelerado via migração, que agravou consideravelmente o problema habitacional, pois levou ao adensamento ainda maior dos cortiços e ao recrudescimento das epidemias de febre amarela que assolavam a cidade, periodicamente.<sup>3</sup>

A falta de transportes coletivos fazia com que todos morassem relativamente próximos uns dos outros, portanto, pode-se inferir uma estreita relação entre o crescimento urbano e o desenvolvimento dos meios de transporte. E, é este desenvolvimento que também promoverá uma distinção clara das classes sociais: os mais abastados seguiram em direção aos bairros que tangiam o bonde e as classes menos privilegiadas efetivaram a ocupação em áreas do subúrbio.

Mas as classes mais baixas com pouco poder de mobilidade concentravam-se cada vez mais na região central, atuais bairros da Saúde, Santo

---

<sup>3</sup> Abreu, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª Edição, (pág. 57). Rio de Janeiro: IPP, 2008.

Cristo e Gamboa. A solução eram os cortiços que representavam uma importante alternativa de moradia para essa população.

Com isso, percebemos que o Rio de Janeiro já apresentava uma lógica diferente da anterior ao século XIX, tendo o poder público a função de abrir espaço e prover a mobilidade às classes de renda mais alta, permitindo a estratificação espacial da sociedade.

A reprodução do capital e investimentos estrangeiros na cidade com o financiamento de obras de saneamento e transporte também promoveram uma maior distinção de classes no espaço corroborando com esta nova disposição socioespacial.

O início do século XX marca uma época de grandes transformações para a cidade, devido a sua necessidade de se adaptar às novas demandas criadas pela acumulação de capital. Pois, o rápido crescimento da economia com o aumento das exportações exigia uma nova organização do antigo espaço colonial. Desta forma, era necessário criar uma nova capital com ares cosmopolitas para atender a esta nova elite política no contexto alinhado com a economia internacional.

A partir dessas novas necessidades, vemos o programa de reforma urbana do então prefeito Pereira Passos, inspirado nas obras modernizadoras de Hausmann na França. Promove o alargamento de antigas ruas estreitas e sinuosas no período colonial, com um discurso civilizatório e higienista, visto que a cidade passava por surtos epidêmicos, atribuídos a falta de saneamento e a proliferação em ambientes insalubres como os cortiços e ruelas.<sup>4</sup>

Com isso, vemos a associação das epidemias às moradias populares, conhecidas como cabeças de porco no centro do Rio, tornando-as o grande foco dos males sociais. Ocorre, então, a derrubada das moradias da atual Avenida Rio Branco para a conclusão dos alargamentos e melhor circulação de ar na região. O que chama a atenção nessas reformas é a falta de amparo do poder público para com essa população que teve suas residências derrubadas, bem como a falta de participação e opinião na construção dessa nova cidade.

---

<sup>4</sup> Ver mais sobre o assunto em: ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro**. Secretaria Municipal de Urbanismo. Departamento Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1986.

Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014

Percebemos que essas reformas urbanas não promovem melhorias sociais no ponto de vista da população menos favorecida, muito menos uma redução das desigualdades, mas pelo contrário, acirraram cada vez mais os contrastes sociais, forçando a expulsão dos moradores para novas moradias, como a ocupação das encostas. Neste caso, vemos muitos endossando o então Morro da Providência, objeto deste trabalho.

Atualmente, vemos uma nova modernização proposta na cidade do Rio de Janeiro que mantém a ordem estabelecida, promovendo melhorias apenas para setores privilegiados da sociedade. O programa Morar Carioca pretende transformar a região da Gamboa, onde se localiza o morro da Providência, em um local que atenda à indústria do turismo, resgatando uma região que fora abandonada pelo poder público desde a expansão da cidade, com o desenvolvimento dos meios de transportes, e criação de novos bairros suntuosos. Mas, mais uma vez, não se percebe uma participação dessa população na construção e na efetivação dos projetos urbanos pretendidos na região.

### **Revitalizar e reintegrar para quem?**

O Porto Maravilha, em sintonia com a tendência internacional de requalificação urbana de áreas portuárias, tem recebido incentivos para o andamento da remodelação desta região do Centro, através de um discurso de “revitalização urbana”, escorados pelo abandono histórico do espaço desde o século XX, que sofreu uma acirrada distinção territorial na cidade:

(...) foi nos primeiros anos do século XX, com a Reforma de Pereira Passos, que transformações profundas acometeram o espaço urbano da então capital da República. O projeto de renovação concentrava-se na área central da cidade e o novo porto teria papel irradiador na transformação da capital compreendendo a construção do novo cais, o aterro da Prainha, do Valongo (...). A imensa superfície restante foi aterrada e urbanizada segundo padrões modernos. No entanto, os bairros portuários mantiveram-se à margem da cidade, pois enquanto o núcleo central da cidade sofria verticalização, Saúde, Gamboa e Santo Cristo mantiveram-se da mesma forma. Posteriormente, nas décadas de 1960 e 1970 a construção do

Viaduto da Perimetral acentuou a ruptura, separando esses bairros ainda mais do restante da cidade.<sup>5</sup>

Vimos que na zona portuária coexistiram por muito tempo diferentes classes sociais, mas com a expansão da malha urbana, seguindo as linhas dos bondes, a elite econômica migrou para a zona sul, mantendo a população de menor poder aquisitivo na área central. Além disso, as diversas transformações urbanas no local subsidiaram a degradação da região.

A partir disso, percebemos a presença de uma população que conviveu e ainda convive por longos anos com o descaso e negligência para com os bairros centrais, sem qualquer intervenção estatal.

Com o advento do Porto Maravilha, nota-se um retrocesso no ponto de vista social, visto que os ganhos com as obras propostas se concentram nas mãos dos setores de construção civil, financeiro, imobiliário e turístico. As intervenções urbanísticas levarão mais investimentos à região, conseqüentemente, elevando o valor de mercado dos terrenos e inviabilizando a permanência dessa população – já ali estabelecida. Desta forma, vemos o “direito à cidade” subtraído, isto é, os direitos que satisfazem às necessidades humanas, segundo Harvey<sup>6</sup>. A expulsão indireta dos moradores do Porto seria uma consequência inevitável com a produção de um novo espaço urbano que visa atender ao grande capital.

No espaço “Meu Porto Maravilha”, criado pela Prefeitura para divulgar as obras modeladoras localizado na Praça Mauá, percebemos a reprodução de um discurso que visa legitimá-las e invisibilizar os moradores que serão afetados por ela. O guia que acompanha os visitantes e apresenta as motivações para o andamento do projeto, aponta como principais objetivos das obras: revitalizar a região e reintegrá-la ao Centro da cidade. Salienta que a região fora de extrema importância enquanto entreposto comercial no século XIX, mas ficou delegada a segundo plano, no século XX. Com isso, a Prefeitura teria a intenção de reocupar

---

<sup>5</sup> FERREIRA, Álvaro. **O Porto e o Bonde no início do século XX e no início do século XXI: Novas exclusões?** Artigo apresentado no Simpósio Internacional *Globalización, innovación y construcción* de redes técnicas urbanas em América y Europa.

<sup>6</sup> HARVEY, David. **Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade.** Revista Novos Cadernos NAEA. Vol. 12, Nº 2 (269 – 274), dez/2009.

esses espaços vazios que teriam se formado ao longo dos anos. Ora, não há dúvidas quanto a forma de percepção de cidade empreendida pelo poder público.

O espaço vazio refere-se a grandes empreendimentos comerciais, turísticos que atendam a mesma dinâmica do restante do Centro da cidade, incorporando-o à lógica capitalista. A população historicamente pertencente aos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo tornam-se invisíveis ao olhar do grande capital, sendo marginalizadas do processo de melhoria urbana prometida pelo Governo.

Além dessa expulsão que, utilizando-se de uma dose de eufemismo, podemos chamá-la de indireta, ainda há as tentativas de remoções forçadas aos moradores do Morro da Providência.

Atualmente, as obras de o Programa Morar Carioca que afetam a região do morro estão paralisadas, devido a uma liminar que permite apenas a continuidade das obras do teleférico, que já estão finalizadas, apesar de ainda não estar em funcionamento. Mas as lutas dos moradores que correm o risco de terem suas casas removidas são constantes e o município ainda está recorrendo à decisão.

### **Casas Marcadas**

Quem sobe o Morro da Providência já pode notar as diversas casas marcadas com numerações da Prefeitura e a sigla SMH (Sistema Municipal de Habitação). Desde 2010, os moradores da Providência convivem com a possibilidade de remoção de suas residências, com a divulgação do Programa Morar Carioca na comunidade.

O objetivo da Prefeitura seria a construção de um teleférico no topo do morro que já está finalizado e a construção de um ponto turístico no entorno da Igreja do Oratório. Além disso, a Prefeitura também alega a necessidade de retirada de algumas residências por estarem localizadas em áreas consideradas de risco.

Os moradores que endossam o movimento de resistência às remoções chamam a atenção para o fato de a administração pública municipal ter deixado de observar a necessidade de prévia participação dos moradores nas discussões



que envolvem o lugar em que residem há anos.<sup>7</sup> Ainda que a Prefeitura alegue ter realizado assembleias e reuniões com os moradores e líderes comunitários, entendem que não foram suficientes para atender aos seus anseios. Por isso, apontam também pela ausência de audiências públicas que possam lhe prestar subsídios e informações junto à sociedade, bem como oferecer aos interessados a oportunidade de encaminhamento de seus pleitos, opiniões e sugestões relativas ao assunto em questão. Além de não ter assegurado o direito de informação aos moradores da Providência, esses também fazem ressalvas quanto à ausência de estudos de impactos ambientais, bem como de impactos de vizinhança, o que poderia comprovar a existência de riscos aos moradores, meio ambiente e ao patrimônio histórico cultural.

As propostas atuais da Prefeitura para a viabilização da retirada dos moradores são: aluguel social, temporariamente, até a conclusão da construção de prédios residenciais; indenização em moeda corrente; compra assistida pela SMH e moradia em apartamento em outras regiões tais como Santa Cruz, Senador Camará e Bangu. Muitos entendem que os aluguéis sociais não dão conta dos altos valores cobrados atualmente, devido a forte especulação imobiliária que atingiu até mesmo a favela com as obras. E da mesma forma, as indenizações também não comportam os altos valores de venda do mercado e a compra assistida possui determinadas burocracia em torno da transação que repele o interesse de muitos moradores. E ainda, para os moradores de bairros tão próximos do centro da cidade, a mudança para bairros distantes, localizados na zona oeste, não é uma opção atraente. Desta forma, vemos um impasse diante das negociações, promovendo as tensões pela disputa do local.

Outro ponto para além das rejeições às propostas do Governo seria a ausência de sentido nas remoções, uma vez que os moradores não enxergam benfeitorias com o resultado das obras para a própria comunidade. O teleférico, por exemplo, possui um número limitado de passageiros que não atenderá de forma expressiva as necessidades dos moradores, bem como a disposição de cada estação em um determinado ponto do morro que não facilita o acesso. Com isso,

---

<sup>7</sup> Agravo de Instrumento nº 0001542-97.2013.8.19.0000 – Tribunal de Justiça / Sexta Câmara Cível. Acórdão. Disponível em [www4.tjrj.jus.br](http://www4.tjrj.jus.br) - Acessado em 15/19/2013

entende-se que o objetivo principal para a construção seria para atender o turismo na região. O próprio local onde foi construído o Teleférico – Praça Américo Brum – possuía uma quadra poliesportiva muito utilizada pelos moradores. A quadra tornou-se o principal local de lazer da comunidade e foi removida sem o consentimento dos que a utilizava. Antes da quadra, existia uma praça que também era um importante ponto de encontro dos moradores, mas fora removida em prol da implantação da quadra por imposição do tráfico na região. Da mesma forma, durante as obras do “Favela Bairro”<sup>8</sup> – governo César Maia – foi colocado uma cruz em frente a Capela da Nossa Senhora da Penha, retirando também o espaço vazio utilizado pelas crianças para jogar futebol e outros. Analisando todas as ações empreendidas no morro, nota-se uma ausência de diálogo com os principais envolvidos com a utilização do lugar, sobretudo, as representações do espaço vivido e sua importância cultural. A própria retirada das residências localizadas no alto do Cruzeiro e nos arredores do Oratório é vista como uma medida arbitrária do Governo, pois não possui sentido tornar o Oratório uma das paisagens turísticas da cidade, tendo que para isso, remover milhares de famílias que conservam e promovem o valor simbólico do monumento há anos no local, eliminando os laços culturais e religiosos com a Capela.

O morador Maurício Hora<sup>9</sup> aponta para as relações construídas no morro que seriam intransponíveis. Os laços criados, os costumes e o espaço vivido e compartilhado seriam os motivos imateriais para o desejo de permanência na Providência. Cita como exemplo, a Senhora Francisca que mora em frente ao oratório e que é a responsável pela conservação do mesmo e as missas promovidas no local e que não deseja deixar sua residência, apesar de sua residência estar marcada. As redes de solidariedade e a identificação com o local são importantes barreiras para se vir a aceitar a remoção, segundo Maurício.

A sociedade do capital e os projetos em prol da modernização impõem novos mecanismos ocasionando um choque de mentalidades e transformando

---

<sup>8</sup> Projeto criado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 1993, durante o Governo do ex-prefeito César Maia, como parte da política habitacional do município, visando à integração urbanística e social das favelas.

<sup>9</sup> Conversa informal realizada em 01/10/2013.

costumes. Assim como analisado por Thompson<sup>10</sup> na Inglaterra do século XVIII, as rebeliões eram resultados de quebra de costumes em relação ao fornecimento de pão e não somente a elevação do seu preço; podemos apreender que as resistências dos moradores da Providência, não ocorrem somente por uma questão financeira. Conforme já evidenciado pelo morador Maurício, existem motivos que transcendem o materialismo e que se justificam pela vivência e o simbolismo do local. Segue a visão do morador Roberto Marinho, cuja família chegou no morro em 1942:

Não somos contrários ao progresso no Morro da Providência. Também queremos fazer parte deste progresso tendo um lugar compatível com o que temos hoje, no mesmo local, pois todo o nosso círculo de convivência e de vida está neste bairro, ou seja, escola, mercado, trabalho, igreja, amigos entre outras coisas. Sem contar as dificuldades que temos com alguns de nossos familiares que estão acamados e necessitam de cuidados contínuos e diários.<sup>11</sup>

Ainda que não seja a grande maioria, também há casos de pessoas que aceitaram plenamente a remoção. Maurício apontou a residência de alguns moradores que se localizavam em uma região do morro que era conhecida como local de desova de corpos por traficantes. Por ser um território muito utilizado por bandidos, ainda que, atualmente, exista Unidade de Polícia Pacificadora na Providência desde 2010, os moradores preferiram aceitar a oferta da Prefeitura de remoção pelo histórico do lugar.

Da mesma forma, há o caso do Sr. Wilson que morava na Rua da Grota e que se mudou, através da compra assistida e que informou não ter tido maiores problemas com o processo e de uma moradora cadeirante que morava na parte elevada, próximo ao oratório e que por motivos de locomoção, também preferiu aceitar a remoção. E, certamente, existem outros casos, mas não temos por objetivo destrinchá-los um por um neste trabalho. O apontamento deve-se apenas a necessidade de apontar a ambivalência do assunto e os conflitos em torno das remoções.

---

<sup>10</sup> THOMPSON, Edward. **Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.** Companhia das Letras, 1998.

<sup>11</sup> Disponível em: [rioonwatch.org.br](http://rioonwatch.org.br) / Relato das favelas cariocas. **A história de uma família do Morro da Providência.** Acessado em 15/10/2013

## A argumentação Histórica

O morro da Providência possui uma história ímpar frente aos demais, por ser considerada a primeira favela a ser constituída. A história do morro seria pautada na promessa do governo em conceder moradias aos soldados que retornassem de Canudos, porém, tal promessa não teria sido cumprida. Desta forma, esses soldados, ao regressarem, foram ocupando as encostas do morro, diante da falta de qualquer outra alternativa. O próprio nome “favela” teria se originado da presença da mesma vegetação dos arredores de Canudos.

Baseando-se na herança cultural, encontramos diferentes visões respaldadas no discurso histórico, com o objetivo de resgatar essa região de extrema importância para a cidade. A propaganda do Governo projeta nos canais de comunicação somente os benefícios positivos das obras, utilizando-se de entrevistas de moradores que se beneficiaram de alguma forma com a remoção, como forma de ratificar o seu compromisso com o programa. O conceito de “dilatação do testemunho” proposto por Beatriz Sarlo<sup>12</sup> pode ser interpretado neste caso, como um recurso para ampliar a validade e eficácia do projeto, afastando a incidência dos casos negativos.

Geralmente, as ações do Governo na região são apresentadas sempre atreladas à memória do morro e sua simbologia. Além do abandono e degradação sofridos ao longo dos anos e que devem ser combatidos, a argumentação histórica também é uma das fortes justificativas para se promover as obras de revitalização e restauração do patrimônio dessa área. Pensando nisso, a Prefeitura, através do Porto Maravilha Cultural já implementou o “Circuito Histórico e Arqueológico da celebração da herança africana”, que pretende valorizar os locais marcantes da memória afro-brasileira, mas que ainda são vistos de forma polêmica, visto que algumas organizações entendem que tal projeto menospreza o valor cultural e reafirma o distanciamento com a história africana, tendo o único objetivo de atrair turistas.

---

<sup>12</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva**. Editora UFMG, 2007. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014

Não é objetivo deste trabalho avaliar o significado do Circuito da herança africana, mas sim, apenas evidenciar o quanto o valor histórico torna-se importante veículo de argumentação para legitimar políticas públicas e suas consequentes transformações urbanísticas.

Mas cabe ressaltar que este recurso também é utilizado pelos movimentos sociais, em especial, o próprio movimento de resistência às remoções na Providência, justificando o seu direito em se manter na região, devido às suas raízes históricas que remontam desde a criação da primeira favela no Brasil até o surgimento das primeiras rodas de samba e blocos de carnavais como a Vizinha Faladeira<sup>13</sup>. Deste modo, o respeito aos moradores passa por esse lugar social<sup>14</sup> que lhes compete e não, necessariamente, pelo simples direito à cidadania plena, pois, a distinção territorial de direitos<sup>15</sup> e convivências é uma cruel realidade diante de uma cidade fragmentada pela propriedade mercantil e o capital financeiro. “Nossas cidades se tornaram máquinas de desigualdades”.<sup>16</sup> Em determinadas espacialidades - e as favelas são exemplos por excelência - os direitos são incompletos e inatingíveis.

Com isso, a argumentação histórica torna-se um ícone de legitimação de direito e importante veículo para justificar as ações do poder público e de movimentos de resistência e reconhecimento social.

### **Circularidade Cultural: convergências de ideias**

Evocando a proposta de “circularidade cultural” de Ginzburg<sup>17</sup>, podemos perceber que as ideias, práticas e ações em uma sociedade não são apenas impostas de forma verticalizada, a partir das classes dominantes, sem mediações. Todos os agentes sociais produzem suas próprias ideias e também sofrem influências em seus códigos comportamentais, crenças, valores e opiniões.

---

<sup>13</sup> Ver mais em ZYLBERBERG, Sônia. **Morro da Providência: Memórias da Favella**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

<sup>14</sup> É utilizado o conceito de “lugar social” de Michel de Certeau.

<sup>15</sup> Ver mais sobre o assunto em: [www.UFJF.br/revistageografia](http://www.UFJF.br/revistageografia) – número especial. V.1, p. 1-6, 2013.

<sup>16</sup> *Ibidem*

<sup>17</sup> GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014

Pensando nisso, notamos uma sociedade que não está apenas na condição de espectador dessas transformações urbanas, mas que de certa forma, apoia e colabora com essa conduta. A especulação imobiliária não é um ganho apenas para as grandes empreiteiras, mas também para uma parcela da população que vê vantagens nas obras, dentro de suas perspectivas de melhoria. E essa vantagem não é apenas de uma classe privilegiada, mas de muitos pequenos proprietários de imóveis das regiões que receberão “melhorias”, assim como citado pelo morador da Providência em entrevista concedida em 09 de abril de 2011:

(Morador): - Mas o que eu estava falando é que dá pena mesmo das pessoas lá de cima que vão ter que sair. As casas já estão demarcadas para serem derrubadas.

(Entrevistador): - Mas as pessoas concordam em sair? O que os moradores dizem a respeito?

(Morador): - Alguns se iludem com o dinheiro que o Governo vai dar, acho só é uns trinta mil, sei lá. Mas a maioria não. Porque como eu te falei, lá embaixo ninguém vai encontrar casa com esse valor. A minha casa mesmo, vale uns sessenta mil, agora então que eu fiz obra (...) No fundo, para alguns vai ficar muito bom. Essa rua aqui do Barroso, por exemplo, falaram que eles vão colocar em mão única e melhorar o asfalto. Vai ter muito turista por aqui também. Acho até que vai valorizar o lugar e se isso acontecer, será ótimo para mim, mas para alguns moradores lá de cima não.<sup>18</sup>

Percebe-se a forma positiva como o morador ilustra a promessa das obras na comunidade, ainda que ressalte que “para alguns moradores lá de cima não”. Mas ainda assim, deixa claro o quanto a intervenção pública na região será interessante para a sua realidade. As opiniões sobre as obras são diversas, conforme os interesses e benefícios estabelecidos a cada indivíduo. Não se trata apenas de um dualismo entre governo e moradores, pois a ambivalência do assunto é muito maior.

Conversando com os moradores da Providência, notamos a distinção espacial que os moradores da Ladeira do Barroso e dos que residem acima da escadaria. Os primeiros, nitidamente, não se reconhecem como moradores da favela. Há uma segregação socioespacial endógena que por si só, explica diferentes interesses e posicionamentos. Logo, os moradores que moram mais

---

<sup>18</sup> RODRIGUES, Nathália Mota. **Vivendo as ladeiras do Barroso: um olhar sobre o Morro da Providência.** Projeto de Monografia para a conclusão do Curso de Graduação em História. UFF, 2009.

Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014

para baixo, nos acessos ao morro, não se envolvem tanto com os problemas do local.

Além da divergência de opinião entre os próprios moradores, o que leva a alguns a enxergarem melhorias com o Porto Maravilha, temos também a opinião pública que também corrobora com o andamento do projeto.

Desde o século XIX que as favelas compõem o cenário urbano da cidade do Rio de Janeiro, provocando diferentes impressões e significados. Geralmente, associados ao tóxico social e permeada pelo “mito da marginalidade”<sup>19</sup>, sendo um alvo de polêmicas quanto a sua existência, sobretudo, dos seus moradores.

E a partir desta visão estigmatizada da favela que vemos surgir um posicionamento indiferente à causa desses moradores que sofrem constantes ameaças de remoção forçada.

O discurso midiático permeia na sociedade, apresentando a favela desatrelada à cidade, como uma região dominada pela precariedade e pela violência, tendo a remoção como uma proposta de solução deste “incômodo”. A remoção não se concretiza apenas porque o poder público determina, mas também porque uma parcela da sociedade entende que há vantagens com a eliminação da favela e, portanto, dos favelados.

Sendo assim, não são apenas as forças verticalizadas que estabelecem o projeto hegemônico de cidade, mas também parte da sociedade que “fecha os olhos” para determinadas ações públicas, por também compartilhar de uma visão conservadora de modernização urbana, sobretudo, quando envolvendo as favelas.

## **Conclusão**

Os projetos urbanos de modernização implementados na cidade do Rio de Janeiro tem tido uma forte característica em comum: a reprodução de um espaço favorável ao grande negócio e o conseqüente acirramento das desigualdades sociais.

---

<sup>19</sup> PERLMAN, Janice E. **O Mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1977.

A ausência de envolvimento da população menos favorecida que possui relações diretas com o ambiente a ser urbanizado é uma forma de sobrepor os interesses do capital frente às necessidades e significados gerados nos espaços de convivência dos moradores. Com isso, vemos uma “modernização” condicionada a determinados grupos sociais que não correspondem aos interesses dos menos favorecidos. Os valores culturais e simbólicos não são considerados para o planejamento das reformas e nem as experiências históricas estabelecidas na região.

A produção da invisibilidade torna-se uma estratégia de poder, a fim de gerar uma hegemonia socioespacial, através de relações sociais desiguais e que garantem o estabelecimento de direitos incompletos aos cidadãos. Cria-se então, uma cidadania velada, isto é, a população que ocupa essas áreas marginalizadas e que, portanto, possuem direitos incompletos, não é vista como indivíduo pertencente e ativo quanto à produção da cidade e suas transformações. A ação do Estado para atender aos seus interesses nesses espaços se torna mais “fácil” que em outras determinadas espacialidades, exatamente, pela existência de uma “distinção territorial de direitos” que promove essa redução e/ou violação do reconhecimento à cidadania.

Os arranjos urbanos são utilizados como dispositivo de marginalização e vemos muitas justificativas que buscam suas origens na história - que estamos chamando de “argumentação histórica”. Esse recurso é entendido como uma forma de respaldar a ação do poder público com as referidas obras de revitalização de determinados pontos da cidade que possuem marcos histórico, mas que foram abandonados ao longo dos anos e, pela sua importância indiscutível, precisariam ser requalificados. A argumentação histórica enquanto um dispositivo de ação do Estado.

Em contraponto, também vemos o uso desse tipo de recurso entre a população que procura recuperar sua história atrelada a do local, visando o reconhecimento de seus direitos.

Desde sua criação, a favela ocupa essa condição de detentora de insurgentes que lutam pelo reconhecimento social e de direitos. A resistência dos moradores da Providência às remoções forçadas pela Prefeitura é apenas mais um



dos diversos exemplos que ocorreram e ainda ocorrem na cidade, como por exemplo, os moradores do Horto, Vila do Pan, Autódromo dentre outros, pois, sempre que houver dominação, existirão diferentes formas de resistência.

## Referências

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª Edição, Rio de Janeiro: IPP, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3ª Edição. Editora Forense Universitária.

FERREIRA, Álvaro. **O Porto e o Bonde no início do século XX e no início do século XXI: Novas exclusões?** In: Simpósio Internacional *Globalización, innovación y construcción* de redes técnicas urbanas em América y Europa, Universidade de Barcelona, 2012.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro**

**perseguido pela inquisição**. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

HARVEY, David. **Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade**. Revista Novos Cadernos NAEA. Vol. 12, Nº 2, p. 269 – 274, 2009.

PERLMAN, Janice E. **O Mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1977.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro**. Secretaria Municipal de Urbanismo. Departamento Geral de Doc. E Inf. Cultural, 1986.

RODRIGUES, Nathália Mota. **Vivendo as ladeiras do Barroso: um olhar sobre o Morro da Providência.** Dissertação (Graduação em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, 2009.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva.** Editora UFMG, 2007.

THOMPSON, Edward. **Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.** Companhia das Letras, 1998

ZYLBERBERG, Sônia. **Morro da Providência: Memórias da Favella.** Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

<http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com>

[www.rioonwatch.org.br](http://www.rioonwatch.org.br) / Relato das favelas cariocas. **A história de uma família do Morro da Providência.**

[www.ufjf.br/revistageografia](http://www.ufjf.br/revistageografia) – número especial. V.1, p. 1-6, 2013.